



CÂMARA DOS DEPUTADOS

18/13
26/11/2013
H.

**EMENDA AGLUTINATIVA AO PROJETO DE LEI N.º 6025, DE 2005,
e apensados.
(DO SENADO FEDERAL)**

Altera o art. 666 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor acerca da penhora sobre máquinas, instrumentos e implementos agrícolas.

EMENDA AGLUTINATIVA DE PLENÁRIO nº 07

Aglutine-se a Emenda 614/2011, apresentada na Comissão, oferecida ao Projeto de Lei nº 8.046/10, com o texto do art. 298, da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global nº 6, formando o seguinte texto consolidado:

“Art. 298 O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela antecipada.

Parágrafo único. A efetivação da tutela antecipada observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber, vedados o bloqueio e a penhora de dinheiro, de aplicação financeira ou de outros ativos financeiros.” (NR)

AN J

PROJ.
Sibá Marinho
PT/AC

Deodoro
PP

Amorim
PSE

Aguiar
PR

PR.

PSB

MANOEL

Francisco
PR/M

PSDB



CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo da emenda aglutinativa é evitar que o instituto da tutela antecipada seja utilizado de forma abusiva de modo a produzir dano à parte. A modificação proposta busca vedar a penhora ou o bloqueio de dinheiro, de aplicação financeira ou de outros ativos financeiros no âmbito da tutela antecipada.

O *caput* do art. 298, na versão da Emenda Aglutinativa Substitutiva Global nº 6, confere amplos poderes ao juiz. O parágrafo único do art. 298, na versão da referida Emenda, remete a tutela antecipada expressamente às normas de cumprimento provisório da sentença, permitindo, portanto, a utilização da penhora de dinheiro, depósito ou aplicação financeira no âmbito da antecipação de tutela.

Ora, o §1º do art. 810, **na forma da Emenda 614/2011**, claramente busca impedir que a penhora em dinheiro, em depósito ou em aplicação financeira (e de outros “ativos financeiros” mencionados no *caput*) seja concedida no âmbito de antecipação de tutela, conforme se depreende do seguinte texto:

“Art. 810.....

§1º A penhora a que se refere o *caput* somente poderá ser realizada em processos onde não caibam mais recursos ou embargos à execução.”

.....”

O texto demonstra a intenção evidente de que a penhora em dinheiro, em depósito ou em aplicação financeira ocorra apenas após o esgotamento de todas as vias judiciais, impedindo a sua concessão por meio de antecipação de tutela.

Ademais, a utilização pela Emenda Aglutinativa proposta da palavra “bloqueio” decorre do próprio sistema BACEN-JUD, que



(CONTINUAÇÃO DA EMENDA
DE PLENÁRIO Nº 07)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

viabiliza a penhora *on line*. Como se sabe, o BACEN-JUD é sistema informático desenvolvido pelo Banco Central que permite aos juízes solicitar informações sobre movimentação dos clientes das instituições financeiras e determinar o **bloqueio** de contas-correntes ou qualquer conta de investimento. Portanto, a ideia de “vedar o bloqueio de dinheiro, aplicação financeira ou outros ativos financeiros”, no âmbito da tutela antecipada, está presente na Emenda nº 614, que justamente busca disciplinar o instituto da penhora *on line*.

Assim sendo, buscou-se aglutinar os textos de modo a privilegiar a intenção ou a ideia contida na Emenda 614/2011, em consonância com a decisão na Questão de Ordem nº 305/2013, proferida pelo Presidente Henrique Eduardo Alves, em que ficou estabelecido na ementa da decisão:

“Decide a questão de ordem para afirmar que não é a literalidade, são as ideias, o pensamento, que se congregam numa emenda aglutinativa. Portanto, o texto da emenda aglutinada não precisa estar, necessariamente, reproduzido no texto da emenda aglutinativa.”

Ante o exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da Emenda Aglutinativa.

Sala das Sessões, **26** de novembro de 2013.


Deputado Nelson Marquezelli
PTB/SP